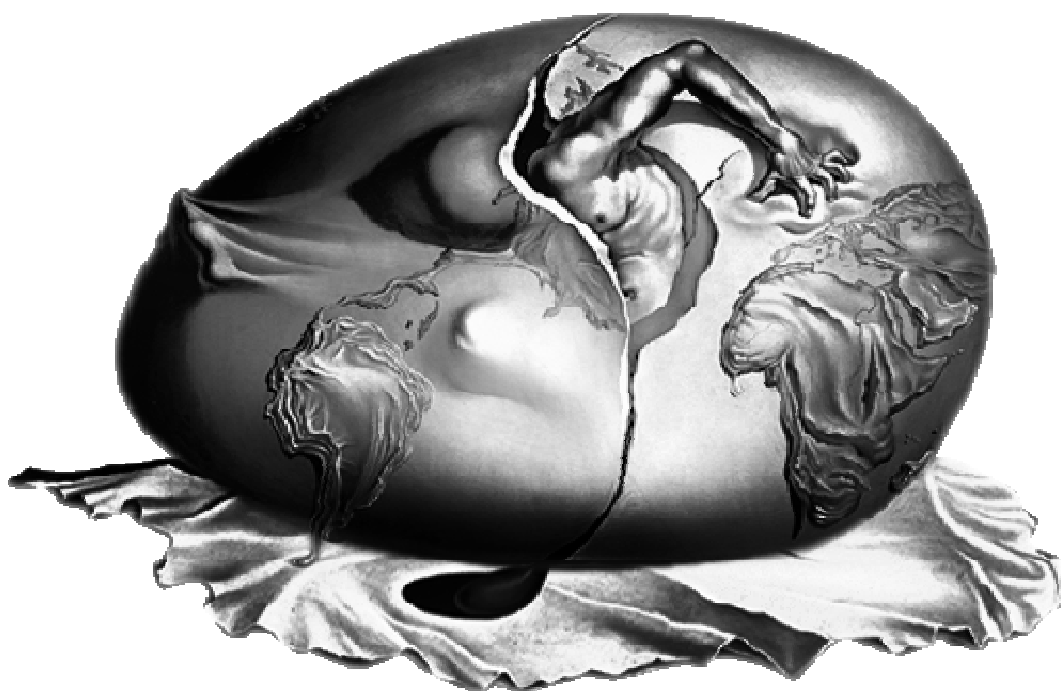


BOLETIM ***PRESENÇA***

ANO II, nº 04, 1995



UNIR

RESEENHA

SOCIEDADE, RELIGIÃO E CIÊNCIA

ARNEIDE BANDEIRA CEMIN*

DURKHEIN, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. (Trad. Joaquim Pereira Neto - Rev. José Joaquim Sobral) SP. Ed. Paulinas. 1989. 536p.

O texto, foi publicado pela primeira vez em 1912, e está estruturado em três livros antecidos por uma introdução. Nela o autor esclarece o objeto da pesquisa, estabelecendo um objeto principal e outro secundário.

Através do primeiro objeto, propõe-se a determinar as formas elementares de vida religiosa, investigando a religião mais simples que se conheça. No caso, o **totemismo australiano**. Postula uma relação de correspondência entre estrutura e instituição social. Deste modo, à uma sociedade considerada mais simples, como a australiana, deveria corresponder uma religião também simples, elementar, da qual teriam evoluído formas constitucionais mais complexa.

A estratégia do primeiro objeto circunscreve-se à questão da origem. Não enquanto começo absoluto. Mas, visando discernir as **causas** mais essenciais do pensamento e da prática religiosa. Durkheim desloca o problema da causa como questão central.

Ao tratar do objeto secundário de sua pesquisa, a gênese das categorias de pensamento, aborda problemáticas relativas à teoria do conhecimento, localizando a origem das categorias de pensamento na religião, e a origem da religião nos processos sociais.

A estrutura da obra reflete os procedimentos estabelecidos por Durkheim em seu livro "As Regras do Método Sociológico". Nela o autor recomenda que

a pesquisa sociológica comece pela construção de uma definição preliminar do objeto em estudo, obtida através do exame crítico das definições já estabelecidas, alcançando-se com isto, o afastamento das "pré-noções".

Afastadas as pré-noções o autor dá início a construção de sua própria definição conceitual. Parte do pressuposto de que a religião é um sistema de partes integradas. Argumenta que do ponto de vista metodológico é mais correto proceder a análise das partes, visando caracterizar os fenômenos elementares que compõe o todo. Isola duas categorias analíticas que considera como elementos básicos do fenômeno religioso: as **crenças** -estados da opinião, representações - e os **ritos** - modo de ação determinados.

Identifica as crenças religiosas como uma forma de classificação binária que divide as coisas reais ou ideais em duas categorias opostas: sagrado e profano. O que define o fenômeno religioso, além dessa classificação bi-partida do universo em dois gêneros, é a existência de uma comunidade moral - a igreja - que une a todos os adeptos em uma articulação de crenças e de práticas relativas à coisas sagradas.

Deste modo, o livro primeiro trata os dados pertinentes à definição do fenômeno, o livro segundo é relativo às crenças e o livro terceiro, aborda a questão do ritual. O primeiro livro trata das questões preliminares e divide-se em quatro capítulos. No primeiro, Durkheim trata da definição do fenômeno religioso e da religião, no segundo e no terceiro aborda as principais concepções de religião elementar: o animismo e o naturismo; e no quarto capítulo situa o totemismo como religião elementar, fazendo um histórico da questão e explicitando o seu método para tratá-lo, incluindo suas referências empíricas.

O livro segundo, enfoca as crenças elementares localizando, ao longo de seis capítulos, as crenças "propriamente" totêmicas. No capítulo um o autor analisa o totem como nome e como emblema; no capítulo dois, as relações entre o animal totêmico e o homem; no três, o sistema cosmológico do totemismo e a noção de gênero; no quatro, o totem individual e o totem sexual; no capítulo cinco, Durkheim procede a um exame crítico das teorias sobre a origem das crenças totêmicas; e nos capítulos seis e sete discute a noção de princípio ou "mana" totêmico e a idéia da força. Nos capítulos oito e nove,

respectivamente, o autor enfoca a noção de alma e a noção de espíritos e deuses.

No livro terceiro, Durkheim aborda as principais atitudes rituais, começando pelos ritos ascéticos e suas funções. No capítulo um, todo o sistema de proibições é analisado sob o título "O Culto Negativo e Suas Funções". Nos capítulos dois, três e quatro, o autor discute o "culto positivo", subdividindo-o em: os elementos do sacrifício, os ritos miméticos e o princípio de causalidade e os ritos representativos ou comemorativos. No capítulo cinco, são analisados os ritos piaculares e a ambiguidade da noção do sagrado. O capítulo cinco encerra o livro terceiro e remete para a conclusão do trabalho.

Na conclusão, Durkheim indaga em que medida os resultados obtidos por ele em sua pesquisa podem ser generalizados. Ou seja, é possível fazer afirmativas sobre a natureza da religião em geral, a partir da análise de uma religião particular, definida como elementar ?

A resposta de Durkheim é afirmativa. Primeiro porque, segundo ele, a religião totêmica contém em si os elementos mais característicos da vida religiosa. Isto é, nela estão presentes todas as grandes **idéias** e todas as **atitudes** que estão na base de todas as religiões. Em segundo lugar, argumenta que os limites de uma indução obtida através de uma base restrita de observação podem ser superados por uma experiência bem feita.

Conclui, que se a explicação sociológica para a origem do pensamento religioso é válida para a compreensão da origem das crenças e dos ritos totêmicos, ela também o é para a idéia de religião em geral: uma vez, que o mesmo efeito, provém da mesma causa e uma mesma idéia provém de uma mesma realidade. Neste ponto, Durkheim destaca ainda, a importância de a análise sociológica feita em bases indutivas, apoiar-se em uma pesquisa empírica bem definida, evitando-se assim, o vazio especulativo.

Aborda em seguida, o problema da diferença entre o pensamento religioso e o pensamento científico. Salienta a perspectiva diferenciada que **teóricos** e **crentes** têm do fenômeno religioso. Afirma que a maioria dos teóricos, consideram as crenças - as representações, como elemento essencial das religiões e o culto como tradução exterior da crença. Essa concepção,

segundo ele, induz o debate sobre religião em termos de sua compatibilidade ou incompatibilidade com a ciência.

Para os crentes, a questão se coloca de forma diferenciada. Uma vez que do seu ponto de vista a religião é apreendida existencialmente. Eles sentem o fenômeno de uma forma direta e o identificam como uma experiência extraordinária em relação aos fatos ordinários do cotidiano. Dessa perspectiva, o que a experiência evidencia é que a verdadeira **função** da religião não é a de nos fazer pensar, mas a de nos fazer agir, nos ajudar a viver.

Indagando acerca de como uma simples idéia pode ter eficácia. Durkheim infere um postulado essencial da sociologia: uma instituição humana não poderia sustentar-se sobre o erro e a mentira. Portanto, o sentimento dos crentes não é ilusório. Ele se assenta sobre uma experiência específica, embora seja diferente. Entretanto, acreditando que a realidade é apreendida pela elaboração conceitual, Durkheim conclui que a impressão dos crentes não corresponde à realidade que institui as religiões. Deste modo, localiza as origens da experiência religiosa nas evidências conclusivas de sua própria análise científica: a realidade que funda a experiência religiosa é a sociedade. A religião portanto, tem um sentido absolutamente humano.

Ao discutir o tipo de sociedade que funda a experiência religiosa, Durkheim coloca e pauta a questão do ideal e do real nas relações sociais. Indica que o ideal não se opõe ao real, mas o constitui e é constituído por ele. Uma sociedade não se cria e recria sem constituir o ideal. Entretanto, essa criação não é um ato externo, suplementar ou complementar ao real. É inerente ao processo pelo qual a sociedade se faz e se refaz periodicamente.

Durkheim elege como "*locus*" de criação do real, sem no entanto, desvinculá-lo das bases sociais de que depende. Mas apesar de dependente das formas materiais da sociedade, a vida coletiva, expressa na dimensão do ideal não é simples "epifenômeno da morfologia social". A vida coletiva, enquanto síntese "*sui generis*" das consciências particulares, guarda uma certa independência, em relação às bases materiais, além de obedecer a leis que lhes são próprias.

Para Durkheim, é um certo grau de efervescência da vida coletiva que desperta o pensamento religioso e conseqüentemente as bases para a criação

do ideal, que é então sobreposto ao real. É isto que define o sagrado, e portanto o ideal.

Entretanto, o ideal surge pela ação, origina-se nos ritos, na reunião e concentração de consciências particulares. É a dimensão do ritual que evidencia o que há de eterno na religião: a necessidade social de celebração dos ritos necessários à restauração moral da sociedade. Por isto Durkheim afirma não haver diferença de função entre as cerimônias religiosas e as cerimônias cívicas.

Mas, a religião não contém apenas a dimensão da ação, não é só um sistema de práticas, é também um sistema de pensamento que objetiva expressar o real; é também por tanto, uma cosmologia que explica o mundo. Neste ponto, Durkheim introduz uma distinção analítica entre práticas e crenças e a partir dessa diferença situa o debate que opõe religião e ciência.

O sistema de práticas remete à ação, que o sistema solicita e regula. O sistema de crenças é função do pensamento que o sistema enriquece e organiza. Ambos não dependem das mesmas condições, visto que o sistema de crenças, o pensamento, depende de condições lógico-conceituais que por seu caráter de impessoalidade e comunicabilidade são passíveis de universalidade. Enquanto o sistema de práticas, por atender exigências imediatas, pauta-se em representações sensíveis, intuídas e vivenciadas através da fé.

Para Durkheim, o conflito entre religião e ciência incide sobre as funções que uma e outra exercem no mundo moderno. Isto porque a ciência tende cada vez mais a substituir a religião enquanto sistema de pensamento. Além do mais, uma vez estabelecida a legitimidade da ciência, é nela que a religião procura evidências para seu fundamento teórico. Mas por outro lado, a ciência, pela especificidade de seus processos de construção do conhecimento: lento, fragmentário, incompleto; e pelo seu modo de fixação e transmissão - a língua materna, que só muda muito lentamente - não pode substituir a religião enquanto ação, enquanto meio de fazer o homem viver. Portanto, o conflito está circunscrito às funções que ciência e religião exercem.

Ao indagar os processos pelos quais as categorias exprimem as coisas sociais, afirma que as categorias, por corresponderem às propriedades mais

universais das coisas, exprimem fundamentalmente o conceito de **totalidade** que por sua vez tem origem na sociedade: a noção do todo, que se encontra na base das classificações, só podem se tornar conscientes na sociedade. O conceito de totalidade é apenas a forma abstrata do conceito de sociedade. A sociedade é o todo que compreende todas as coisas. Para Durkheim, o princípio que orienta as classificações, relaciona todas as coisas e todos os seres aos quadros sociais de tal modo que o mundo todo é classificado pelas categorias sociais.

Mas, enfatiza Durkheim, se as sociedades contém e expressa o mundo, o espaço que ela ocupa é o **espaço total**: social. Espaço que difere das extensões concretas que os sentidos nos fazem perceber. **O espaço social** é um espaço ideal, ao qual corresponde um **tempo total**: social, que abarca todas as temporalidades particulares. Se a esses espaço e tempo sociais correspondem algum fenômeno material, é porque sinais objetivos são utilizados como elementos sensíveis demarcadores dessa organização social.

Para orientar-se pessoalmente e satisfazer suas necessidades orgânicas o indivíduo não precisa fixar uma representação conceitual de tempo ou espaço. A organização social, entretanto, só é possível pela classificação. Portanto, *"... o tempo social, as classes sociais, a causalidade coletiva se encontram na base das categorias correspondentes, já que foi sob as suas formas sociais que as diversas relações pela primeira vez, foram apreendidas com certa clareza pela consciência humana"* (pág. 523).

As formas sociais, as sociedades, se particularizam, ganham características próprias, e neste sentido, encerram elementos subjetivos que representam o **germe** de mentalidade nova, que progressivamente "purificada", caminha para o pensamento estabelecido, impessoal e organizado. Constituindo-se então, em um pensamento lógico. Conclui portanto, que a sociedade não é um ser alógico, ela é a fonte do pensamento religioso, moral, lógico e científico.

Não há portanto, autonomia entre ciência de um lado, a moral e a religião por outro, uma vez que originam-se de uma mesma fonte: o pensamento "verdadeiramente" humano, não é um dado primitivo, mas um

produto histórico. A razão impessoal é apenas um outro nome dado ao pensamento coletivo, fonte de toda criação.

Atribuindo à sociedade uma função de força criativa, Durkheim finaliza sua obra explicitando as contribuições da sociologia para a ciência do homem. Ela permitiria a superação das explicações que diminuem as faculdades "superiores" do homem reduzindo-as às formas "inferiores" do ser: a razão aos sentidos, o espírito à matéria; e aquelas que remetem à explicações de caráter supra experimental. E conclui: se a explicação sociológica não resolve todos os problemas explicativos, contribui com uma hipótese que deve ser submetida tão metodicamente quanto possível ao controle dos fatos. Foi o que procuramos fazer, acrescenta.

Os "fatos" submetidos ao controle analítico de Durkheim nesta obra, àqueles através dos quais ele tentou demonstrar sua teoria, referem-se à alguns grupos de aborígenes australianos. Durkheim usou ainda, como contra-prova, dados sobre o totemismo entre os índios americanos..

Os principais dados empíricos utilizados por Durkheim, para sociedades australianas, foram àqueles resultantes de Spencer, Gillen, Howitt e Strehlow. Quanto aos índios americanos, Durkheim pôde contar com fontes variadas, tais como, os trabalhos de Frazer e Morgan.

Entretanto, segundo Evans-pritchard (in: Antropologia Social da Religião), escolha de Durkheim quanto às sociedades australianas foi inadequada porque a literatura acerca daqueles aborígenes - apesar de considerada como muito significativa à época em que Durkheim escreveu o seu trabalho - era e ainda o é (1965), pobre e confusa. Além do que, a explicação do tipo causa-efeito já não está tão de acordo com o pensamento científico moderno em geral, pois este procura revelar e compreender relações constantes.

Professora do Departamento de Filosofia, Antropologia e Sociologia da Univ. Fed. Rondônia.
Doutoranda em Antropologia na USP.
Membro do CEI/UNIR